

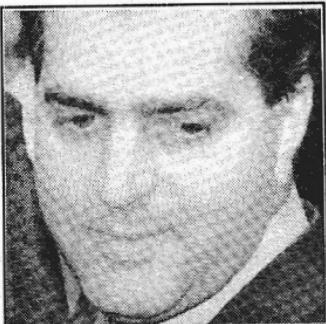
10 FEVEREIRO 1995

## Parlamentares estudam como extinguir 14º e 15º

Os líderes de todos os partidos na Câmara, que estiveram reunidos na quarta-feira e ontem, concluíram ser necessário acabar com o 14º e o 15º salário a que os parlamentares têm direito, sob o disfarce de "ajuda de custo" para a locomoção ao Estado de origem no início e no final do ano. O desgaste que os salários extras provocaram na imagem do Congresso foi um dos principais assuntos dos líderes, que se reuniram sem a presença do presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

No Senado há movimento semelhante ao da Câmara. O presidente do Senado e do Congresso, José Sarney (PMDB-AP), já se reuniu com Luís Eduardo para estudar quais formas legais permitem o fim do 14º e do 15º salários. Os dois dirigentes pediram às

José Varella/AE-03/09/92



Luis Eduardo

assessorias jurídicas das duas Casas estudos sobre como dar um fim aos salários extras. Existem dois problemas legais para que a decisão seja tomada: a Constituição proíbe a redução salarial e a deci-

são do aumento foi dada pelo Congresso anterior.

Como a ajuda de custo não é considerada vencimento — embora na prática o seja, porque dá mais dois salários aos parlamentares —, a saída legal poderia ser a extinção dos artigos do decreto legislativo que tratam do assunto. Assim, deputados e senadores continuariam a ter 13º salário, como ocorre com todos os trabalhadores, incluindo o presidente da República, o vice e os ministros de Estado. Só os parlamentares foram contemplados com os 15 salários anuais, em decisão que eles mesmos tomaram.